

Reforma do Ensino Médio no Distrito Federal: notas de pesquisa do Observatório da Educação e do Ensino Médio da UnB

 Khalil Oliveira Portugal *
Marcelo Pinheiro Cigales **
Rodrigo Diego de Souza ***
Mariana Cintra Rabelo ****
Igor dos Santos Lima *****

Resumo: O artigo tem o objetivo de apresentar reflexões realizadas pelo Grupo de Pesquisa “Observatório da Educação e do Ensino Médio no Distrito Federal” da Universidade de Brasília sobre aspectos da implementação do Novo Ensino Médio no país e no Distrito Federal. Em um nível mais amplo, serão discutidas questões curriculares e políticas da Lei nº 13.415/2017 e suas implicações no processo de escolarização da juventude brasileira. No âmbito do DF, são analisados dados de uma pesquisa sobre a percepção dos estudantes quanto à implementação do Novo Ensino Médio e suas condições de estudo no contexto do ensino remoto. Os dados foram coletados por meio de questionário aplicado pela internet, via *Formulários Google*, entre julho e agosto de 2020, período em que houve a implementação do Ensino Remoto Emergencial devido à pandemia covid-19. A amostra da pesquisa foi de 237 estudantes do primeiro ano do Ensino Médio, regularmente matriculados em quatro escolas-piloto. Os resultados indicam que, de forma geral, os estudantes entrevistados sentem-se bem informados sobre o formato do Novo Ensino Médio; acreditam estar sendo prejudicados pelo ensino remoto, por não terem um local apropriado de estudo em casa e por não disporem de equipamentos eletrônicos e internet suficiente para acompanharem as atividades escolares.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio. Ensino Remoto Emergencial. Educação pública. Distrito Federal.

* Khalil Oliveira Portugal é doutor em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Londrina. Professor do Instituto de Física da Universidade de Brasília. Contato: khalil.portugal@unb.br.

** Marcelo Pinheiro Cigales é doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Contato: marcelo.cigales@gmail.com.

*** Rodrigo Diego de Souza é doutor em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Contato: professor.rodrigossouza@gmail.com.

**** Mariana Cintra Rabelo é doutoranda em Antropologia pela Universidade de Brasília. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Contato: marianacintrabelo@gmail.com.

***** Igor dos Santos Lima é doutor em Matemática pela Universidade Estadual de Campinas. Professor do Departamento de Matemática da Universidade de Brasília. Contato: igor.matematico@gmail.com.

Abstract: The paper aims to present reflections made by the “Observatory of Education and High School of Distrito Federal”, a research group from Universidade de Brasília, on aspects of the implementation of the New High School in Brazil and in Distrito Federal (DF). At a broader level, the curricular and political issues of Law #13,415/2017 and its implications for the schooling process of Brazilian youth will be discussed. Within the DF, data from a survey on the perception of students regarding the implementation of New High School and their study conditions in the context of remote education are analyzed. Data were collected through a questionnaire applied via internet, precisely in Google Forms, between July and August 2020, a period in which Emergency Remote Education was implemented due to the covid-19 pandemic. The research sample is made of 237 students of the first year of High School, regularly enrolled in four pilot schools. The results indicate that, in general, the students interviewed feel well informed about the format of the New High School; and that they believe they are being harmed by remote education, by not having an appropriate place to study at home and by not having enough electronic equipment and internet to follow school activities.

Keywords: High School Reform. Emergency Remote Education. Public Education. Distrito Federal.

Introdução

A Universidade de Brasília (UnB) vem desenvolvendo uma série de ações de pesquisa, ensino e extensão que buscam fortalecer a formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica. Entre essas ações, está a criação, em 2019, do “Observatório da Educação e do Ensino Médio” (ObEM), grupo de pesquisa cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), composto por professores(as) de diversos institutos e departamentos da UnB.

A partir de reflexões motivadas por autores da Sociologia do Currículo, tais como Jean-Claude Forquin (1996), Basil Bernstein (1996) e Michael Young (1971; 2007), é possível compreender o conceito de currículo como uma construção social, cultural e política, motivada por diferentes agentes (indivíduos e instituições) com distintas concepções deontológicas sobre o funcionamento do mundo social. Currículos contêm um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos que deve orientar a construção social, política e cultural das gerações em processo de escolarização.

De forma geral, estudos sobre currículos são quase sempre evidenciados de uma perspectiva analítica dos documentos curriculares oficiais (decretos, leis, normativas, diretrizes, parâmetros, etc). No entanto, não se pode olvidar que é na prática escolar dos(as) agentes que o vivenciam que o seu sentido é recepcionado, e pode sofrer diversas alterações a depender do contexto social em que seus(suas) agentes se localizam.

Portanto, a pesquisa sobre a implementação do Novo Ensino Médio deve levar em consideração tanto questões que envolvem o discurso oficial (diretamente relacionados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) e à Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017), quanto questões relacionadas ao discurso da recontextualização pedagógica em que o discurso oficial é apropriado (ou não) pelos(as) agentes educacionais (professores(as), gestores(as) e estudantes).

Sobre a importância dos currículos para a transformação social, Young (2007) afirma que:

[...] se as escolas devem cumprir um papel importante em promover a igualdade social, elas precisam considerar seriamente a base de conhecimento do currículo, mesmo quando isso parecer ir contra as demandas dos alunos (e às vezes de seus pais). As escolas devem perguntar: “Este currículo é um meio para que os alunos possam adquirir conhecimento poderoso?”. Para crianças de lares desfavorecidos, a participação ativa na escola pode ser a única oportunidade de adquirirem conhecimento poderoso e serem capazes de caminhar, ao menos intelectualmente, para além de suas circunstâncias locais e particulares. Não há nenhuma utilidade para os alunos em se construir um currículo em torno da sua experiência, para que este currículo possa ser validado e, como resultado, deixá-los sempre na mesma condição (YOUNG, 2007, p. 1297).

Nesse sentido, ao se evidenciar a percepção dos estudantes do ensino médio no que tange a recepção dessas transformações curriculares na vivência estudantil, pretende-se qualificar o debate da pesquisa acadêmica

e científica como um caminho válido e eficiente para avaliação dessa política pública educacional.

A hipótese de que se parte nesse artigo é a de que a Reforma do Ensino Médio atende, por um lado, à demanda de tornar mais atrativa e diversificada a oferta de ensino nesse nível educacional, levando em consideração suas características muito específicas, tais como: a recente universalização do acesso, que trouxe um público mais diverso a nível econômico, social e cultural para o interior da escola, marcado por necessidades objetivas dada a contínua desigualdade social brasileira. Por outro lado, a reforma do Ensino Médio e o modo como ela se concretizou no país revela muito sobre a forma como a educação é tratada numa sociedade guiada por princípios neoliberais, em que os setores privados exercem um papel importante na tomada de decisões políticas, incluindo seus interesses para formar uma juventude trabalhadora passiva em que a meritocracia, o empreendedorismo e a desigualdade social são tratados como responsabilidades individuais.

Este artigo tem o objetivo de apresentar uma das ações do ObEM durante o ano de 2020, no contexto do projeto “Acompanhamento e Análise do Novo Ensino Médio no Distrito Federal”. O projeto conta com a participação de docentes de cinco unidades acadêmicas da UnB – Educação, Física, Matemática, Letras e Sociologia – e teve como objetivo acompanhar a implementação do Novo Ensino Médio no DF, no contexto do ensino remoto emergencial (cf. ARRUDA, 2020). Esse projeto busca investigar diferentes aspectos do processo de implementação do Novo Ensino Médio, tais como as bases legais e curriculares do processo, com destaque às leituras críticas do Currículo em Movimento do Ensino Médio do DF (DISTRITO FEDERAL, 2021). Neste artigo, são apresentados os resultados obtidos numa pesquisa sobre a percepção dos estudantes de quatro escolas-piloto quanto ao processo de implementação do Novo Ensino Médio e sobre suas condições de estudo no contexto do ensino remoto.

A origem do Observatório da Educação e do Ensino Médio – ObEM e ações desenvolvidas em 2020

A Reforma do Ensino Médio foi instituída pela Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), que alterou, via Medida Provisória nº 746/2016 (BRASIL, 2016), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Entre as mudanças implementadas por essa Lei, destacam-se: aumento da carga horária mínima do Ensino Médio, a ampliação das escolas de tempo integral e a possibilidade de que todos os estudantes da etapa escolham caminhos de aprofundamento dos seus estudos.

A seguir apresentam-se os argumentos oficiais para

a implementação do Novo Ensino Médio. Eles serão evidenciados para que possam ser acompanhados e avaliados criticamente à medida que essa política pública venha sendo implementada. Os argumentos mobilizados pelo MEC para justificar a implementação de tais mudanças foram: a) estagnação nos níveis de aprendizagem no Ensino Médio, b) altas taxas de evasão e c) baixos índices educacionais obtidos pelos estudantes do Ensino Médio em avaliações nacionais (BRASIL, 2017; BRASIL, 2018a).

Segundo o *site* do Ministério da Educação – MEC, com o Novo Ensino Médio, os estudantes, seriam beneficiados por: a) ampliação da carga horária de 2400 horas para 3000 horas; b) auxílio no desenvolvimento do projeto de vida “com apoio para escolher os caminhos que irá seguir no próprio Ensino Médio e em seu futuro pessoal e profissional” e c) alterações no formato das disciplinas, que passam a ser organizadas em áreas do conhecimento, o que, de acordo com o órgão, “estimula novos formatos de aula, menos expositivas, como projetos, oficinas e atividades com maior participação dos estudantes e que conectam conhecimentos e professores de diferentes áreas” (BRASIL, 2018a).

Para os professores, os aspectos positivos apontados pelo MEC seriam: a) ampliação da carga horária mínima, b) manutenção de todas as disciplinas e c) possibilidade de aprofundamento de conteúdos “para os estudantes mais interessados nas disciplinas”. Para os gestores, os benefícios seriam: a) ampliação da carga horária mínima; b) “Possibilidade de articular parcerias com outras escolas e instituições de ensino de sua região” e c) Auxílio do MEC para implementação do Novo Ensino Médio, por meio do “Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e o Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Tempo Integral (EMTI)” os quais seriam “duas políticas já em vigor” para “apoiar as escolas e as redes na implementação das mudanças” (BRASIL, 2018b).

Entretanto, este movimento não se deu de modo coeso nem estritamente democrático, pois a Reforma do Ensino Médio foi apresentada por Medida Provisória (BRASIL, 2016). Pesquisadores da área de Educação e Sociedades Científicas apresentaram suas demandas e preocupações frente a esse projeto educacional. Um dos aspectos apontados como críticos, por exemplo, foi a maneira como a Reforma foi associada à Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018c). Para muitos autores, a organização curricular do Novo Ensino Médio pode induzir: o esvaziamento dos conhecimentos presentes na escolarização; o aprofundamento das desigualdades sociais, educacionais e econômicas considerando o papel importante de mobilidade social que a educação ocupa no Brasil; o alinhamento da formação para o mercado de trabalho no sentido de formação

de capital humano e mão de obra barata e semiquificada; e o protagonismo das organizações sociais e do empresariado da educação na formulação das políticas públicas educacionais brasileiras, em detrimento da participação dos professores da educação básica, pesquisadores, entidades e sociedades científicas da área de Educação (MOZENA & OSTERMANN, 2016; FERRETI & SILVA, 2017; MOTTA & FRIGOTTO, 2017; SOUZA, 2018; SILVA, 2018).

Considerando as alterações substanciais propostas pelo Novo Ensino Médio, as críticas dos profissionais e pesquisadores da área de Educação, a argumentação

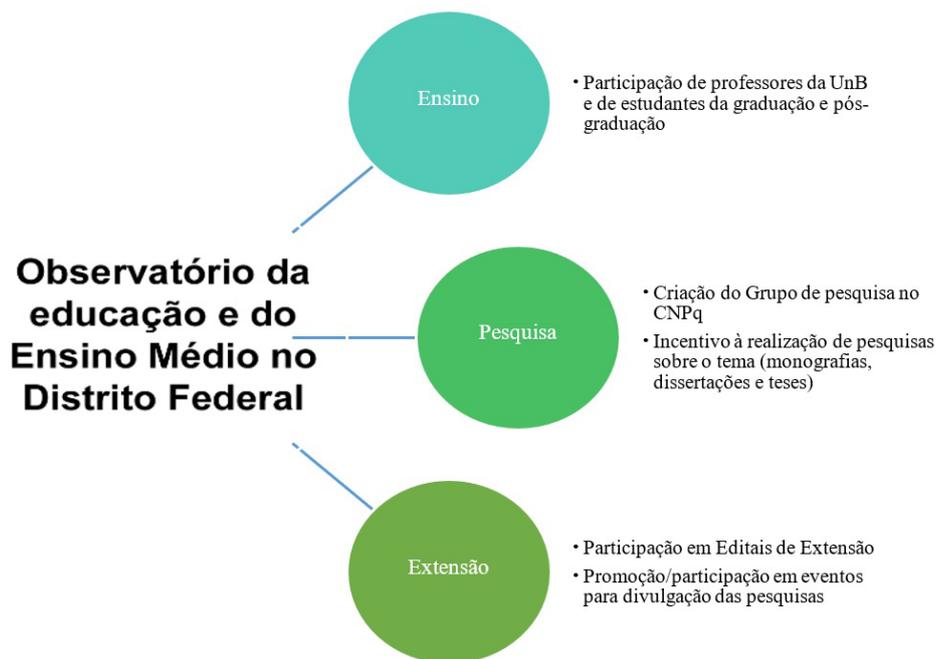
e os possíveis benefícios esperados pelo MEC e os impactos profundos dessa política na organização da Educação Básica e na educação dos adolescentes e jovens brasileiros, o estudo desse tema é relevante e precisa ser assumido como tarefa urgente pelas universidades brasileiras.

Atento ao contexto e ao debate nacional relacionado à implementação desse modelo de ensino, em dezembro de 2019, um grupo de professores da UnB reuniu-se na Coordenação de Integração das Licenciaturas (CIL), para pensar a melhor forma de acompanhamento da implementação dessa política pública educacional. O grupo inicial era formado pelos professores Eloísa Pilati, Igor Lima, Khalil Portugal, Marcelo Cigales e Mariana Rabelo. Em seguida, mediante convite feito aos demais professores das Licenciaturas da UnB, Dalvirene Braga e Rodrigo de Souza uniram-se ao projeto.

Nas primeiras reuniões, decidiu-se que seria criado um grupo de pesquisa do tipo "Observatório". Segundo Debordeaux (1996, p. 74), os observatórios sociais "[...] participam do desenvolvimento geral da informação em nossa sociedade e têm o objetivo de amenizar as insuficiências do sistema de informação existente" e são orientados à produção de uma "informação operacional, útil à ação".

Tendo em vista que o ObEM está situado na UnB, instituição de ensino que baseia sua missão social no preceito constitucional da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, esta iniciativa pode ser compreendida como: reunião de um grupo de pesquisadores (professores e alunos) em torno de

Figura 1: Linhas de atuação do Observatório.



Fonte: Elaboração dos(as) pesquisadores(as) (2020).

um tema específico, que pretende contribuir para o monitoramento e acompanhamento da implementação do Novo Ensino Médio no DF, em tempo real, coletando informações e produzindo estudos e pesquisas sobre o tema, utilizando metodologias quantitativas e qualitativas, sempre em correlação com ações de ensino e extensão. A Figura 1 apresenta os eixos em que o ObEM se organiza.

No ano de 2020, participaram das ações do ObEM 26 estudantes de graduação da UnB, sendo seis (06) bolsistas de extensão, selecionados a partir dos editais públicos da UnB para financiamento de ações de extensão acadêmica.

Nesse ano, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) iniciou a aplicação piloto da Reforma do Ensino Médio em cinco (05) escolas de diferentes regiões administrativas e Regionais de ensino do Distrito Federal. São elas:

- Centro de Ensino Médio Integrado do Gama/DF;
- Centro Educacional 03 do Guará/DF;
- Centro de Ensino Médio 804 do Recanto das Emas/DF;
- Centro de Ensino Médio 04 de Sobradinho/DF;
- Centro de Ensino Médio 03 de Taguatinga/DF.

As ações do Observatório em 2020 ocorreram de maneira virtual, a partir da criação dos projetos de extensão, nos quais estudantes da UnB foram selecionados e, posteriormente, receberam formação pedagógica a partir do estudo sistemático da Lei nº 13.415/2017, da

BNCC, do Currículo em Movimento para as escolas-piloto do Novo Ensino Médio (2020), além de aspectos metodológicos referentes a análises qualitativas, como a Análise de Conteúdo e a Etnografia. Tais discussões foram importantes para auxiliar a compreensão dos(as) extensionistas sobre o tema ainda em construção, além da possibilidade da qualificação para atuação no magistério da Educação básica.

Concomitantemente a essas atividades, os pesquisadores estabeleceram contato com as coordenações das escolas-piloto e com a Diretoria do Ensino Médio (DIEM), órgão a frente da reforma educacional no DF. Os(as) pesquisadores(as) participaram de algumas reuniões com as escolas, ouvindo suas necessidades e, a partir das questões levantadas, iniciou-se o processo de acompanhamento virtual das atividades realizadas, que visou acompanhar as salas de aula virtuais por meio da plataforma *Google Sala de Aula*.

Dentre os objetivos iniciais do projeto, estavam o acompanhamento de toda a dinâmica das escolas-piloto, com observação de aulas, diálogos com professores(as), estudantes e gestores(as), além de análises dos trâmites institucionais como as matrículas nas disciplinas e as avaliações. Tais ações foram fortemente afetadas pela pandemia da covid-19, uma vez que, o acompanhamento remoto dessas atividades foi árduo, tanto para as(os) extensionistas, quanto para quem fosse receber essas(es) estudantes e pesquisadores(as) do grupo, que tiveram que se adaptar a uma nova dinâmica educacional, mediada pelas tecnologias digitais e informacionais.

Diante dessa nova configuração de possibilidades de atuação, o grupo acompanhou, na medida do possível, as atividades das escolas-piloto remotamente. Diálogos com as coordenações foram estabelecidos e mantidos, acompanhando o calendário e as ações elaboradas pelas escolas ao longo do ano, em um nível geral. Os(As) docentes do grupo participaram também de algumas reuniões de professores no período de retorno às aulas, o que auxiliou o grupo a entender as dificuldades por eles(as) encontradas. Durante a rotina escolar, as(os) extensionistas acompanharam algumas disciplinas virtuais, relatando seu andamento em termos de metodologias utilizadas, assuntos abordados, participação de estudantes e formas de avaliação.

Para a análise da implementação da Reforma do Ensino Médio no contexto do DF, ao final do mês de julho de 2020, foram coletadas informações por meio de um questionário com os(as) estudantes das escolas piloto e, ao final de agosto, com um questionário aos(às) professores(as) dessas escolas-piloto.

Segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 218) o questionário: [...] é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma

série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, [...]; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o da mesma forma que o recebeu.

Para o ano de 2021, outras sete escolas deram início à implementação da Reforma do Ensino Médio nas turmas de 1º ano do Ensino Médio. A previsão é de que em 2022, a implementação ocorra nas 93 escolas de Ensino Médio do DF. Destaca-se que essa previsão de cinco anos para a implementação da Reforma, dada pela redação da Lei nº 13.415/2017, não tinha no horizonte a variável da pandemia mundial de covid-19, que alterou de forma brusca a maneira como as escolas estão gerenciando os problemas internos agravados pela pandemia. O abandono e evasão escolar no DF são relatados pelos educadores do DF (CIGALES, SOUZA, 2021), a falta de equipamentos eletrônicos adequados, internet e local de estudos em casa afeta diretamente qualquer proposição de modificações curriculares, ainda mais se tratando de uma reforma que propõe a alteração do currículo disciplinar por um currículo por área de conhecimento, alterando diretamente a prática pedagógica docente no que se refere a metodologias de ensino, formas de avaliação e proposições didáticas.

Notas metodológicas

Entre as ações desenvolvidas no ObEM, destaca-se o questionário construído coletivamente pelos(as) professores(as) e estudantes extensionistas no ano de 2020. O questionário criado no *Formulários Google* foi validado internamente por todas(os) integrantes do grupo entre extensionistas e docentes, e aberto a estudantes das escolas-piloto entre os dias 20 de junho e 27 de agosto de 2020.

O questionário foi composto por 29 questões, sendo: oito com objetivo de traçar o perfil social do/a respondente; dez com o objetivo de compreender as percepções do/a respondente acerca do Novo Ensino Médio; nove abordando as percepções sobre o ensino remoto e outras duas permitindo a inserção de comentários outros e eventual identificação daqueles que assim desejassem.

Nas questões referentes ao Novo Ensino Médio, utilizou-se a Escala Likert, que mensura a opinião dos sujeitos referente a satisfação e/ou concordância frente as afirmações propostas. Nessa direção, solicitou-se aos participantes da pesquisa que assinalassem entre (1) indicando discordo totalmente até (5) indicando concordo totalmente. O questionário completo encontra-se em Apêndice.

Participaram da pesquisa 237 estudantes de quatro, das cinco escolas-piloto do Distrito Federal: CEM 04 de Sobradinho (36,7% - 87 respondentes); CEM 804 do Recanto das Emas (33,3% - 79 respondentes); CEM 03 de Taguatinga (19,0% - 45 respondentes); CEMI do

Gama (11,0% - 26 respondentes). Não houve respostas do CED 03 do Guará, devido à dificuldade em acessar as/os estudantes no período da coleta de dados.

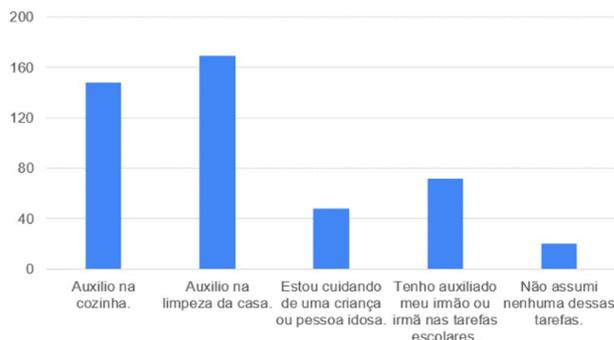
Apresentação e discussão dos dados

Os dados apontam que, além das atividades escolares, há um número significativo de estudantes que auxiliam nas atividades domésticas. Segundo o questionário aplicado, 62,7% dos estudantes, 148 alunos, responderam que auxiliam na cozinha, 71,6% (169) na limpeza da casa, 20,3% (48) nos cuidados de uma criança ou pessoa idosa, 30,5% (72) auxiliam irmão ou irmã nas tarefas escolares e apenas 8,5% (20) disseram não ter assumido nenhuma tarefa nesse período de isolamento social, conforme é possível observar no Gráfico 1.

O número expressivo de estudantes que auxiliam a família nas tarefas domésticas expõe as condições de vida e de estudo dos(as) discentes que, para estudar, também precisam auxiliar nas atividades de casa. No período pandêmico vivido, essa situação também recebe outros aspectos, considerando-se que muitas crianças convivem na mesma residência dos estudantes ou possuem algum grau de parentesco, estão em casa e não frequentando a escola por ocasião das medidas adotadas para conter a propagação da covid-19. Logo, se, em condições anteriores à pandemia, a educação e permanência das crianças menores era, em muitos casos, responsabilidade das creches e escolas de Educação Infantil que recebem crianças de 0 a 5 anos, dando possibilidade para os pais e responsáveis trabalhar, em tempos de isolamento social, o ato de cuidar das crianças fica sob a responsabilidade familiar, atribuído frequentemente, a irmãos(as) mais velhos(as), tornando o ambiente da casa um lugar em que é preciso conciliar atividades de trabalho, estudo e lazer, o que pode gerar também um quadro de estresse físico e emocional nesses(as) estudantes.

Atrelado a isso, há também os casos nos quais estudantes trabalham fora de casa, embora isso não tenha aparecido no questionário. Com relação ao trabalho dos(as) adolescentes fora de casa, isso indica para a discussão sobre o estudante-trabalhador, à qual se insere, desde o contexto de redemocratização brasileira com a Constituição de 1988, a partir da qual buscou-se garantir o direito à educação para toda a população, inserindo-se assim,

Gráfico 1: Trabalho doméstico e vida estudantil.



Fonte: Elaboração dos(as) pesquisadores(as). Dados de Pesquisa (2020).

também, as classes empobrecidas, às quais o direito à educação e a escolarização foi historicamente negado no Brasil.

Logo, para o estudante-trabalhador permanecer na escola, considerando-se que ele pode estar emergindo de uma classe social economicamente baixa ou média, frequentemente ele estará trabalhando. Caso acessem a Educação Superior também permanecerão como estudantes-trabalhadores para que possam permanecer estudando (VARGAS, PAULA; 2013).

Dadas as condições do ERE, por ocasião da pandemia de covid-19, a maioria dos participantes da pesquisa, apontou não possuir infraestrutura adequada para bom desenvolvimento de atividades à distância, como um ambiente tranquilo e um computador. Tal informação se coloca como preocupante para um bom desenvolvimento de atividades remotas na educação, não só no período de distanciamento social, quanto em um modelo educacional que exige das/os estudantes que desenvolvam quaisquer tipos de atividades em casa e/ou com auxílio de tecnologias digitais.

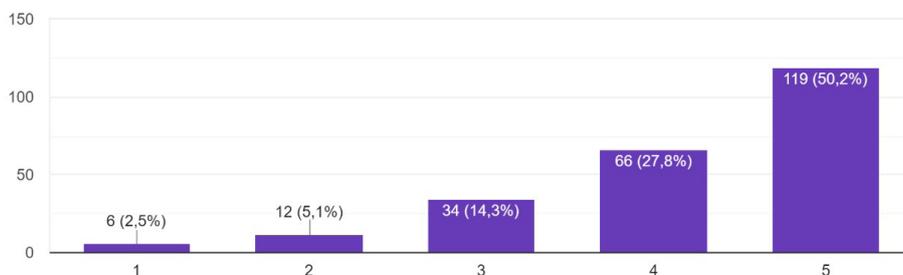
Em relação ao Novo Ensino Médio, 48,6% (115) afirmam sentirem-se bem-informados(as) sobre o assunto (marcando 4 ou 5 na escala Likert), conforme o Gráfico 2.

Além disso, 78% (185) dos estudantes afirmam acreditar que foram bem-informadas(os) pela escola sobre

Gráfico 2: Percepção dos participantes da pesquisa sobre as informações referentes ao Novo Ensino Médio.

Acredito que fui bem informado(a) na minha escola (por meio de reuniões, palestras ou avisos) sobre a mudança que será implementada no Ensino Médio.

237 respostas



Fonte: Elaboração dos(as) pesquisadores(as). Dados de Pesquisa (2020).

as mudanças implementadas, o que pode evidenciar o esforço da SEEDF e das escolas em realizarem palestras ou informes virtuais sobre o novo formato do Ensino Médio.

Em relação à Formação Geral Básica e aos Itinerários Formativos, 49,4% (117 respondentes) afirmam sentirem-se bem-informados(as) sobre a Formação Geral Básica e 45,2% (107 respondentes) sobre os Itinerários Formativos, conforme podemos observar no Gráfico 3.

Essa informação é pertinente, pois, demonstra que nem todos(as) estudantes ainda conseguem saber como ocorrerá o desenvolvimento das atividades escolares no interior do novo currículo. É importante ressaltar que mesmo os livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático em 2021, na área do Projeto de Vida e Projetos Integradores, também foram pensados para o desenvolvimento de atividades presenciais, desconsiderando as atuais condições objetivas de ensino remoto, o que pode ser um empecilho para a proposição de ações e estratégias de ensino mais efetivas.

Ainda assim, é importante destacar que a Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE/SEEDF) vem desenvolvendo cursos sobre os Itinerários Formativos desde 2020, com capacitação teórico/prática a partir de cursos online, onde professores(as) foram convidados a elaborarem trilhas de aprendizagem para serem aplicadas em suas escolas.

Quando perguntados(as) a respeito do Itinerário Formativo Profissional, 44,7% (106 respondentes) afirmam estar bem-informados(as) e, sobre o Projeto de Vida, 70,9% (168 respondentes) afirmam estar bem-informados(as). Destaca-se, para esta última pergunta, que 51,2% das respostas apontam para sensação plena (opção 5) de esclarecimento sobre tal Unidade Curricular. Esses dados estão expressos no Gráfico 4.

A pergunta 16 permitia que discorressem livremente sobre o que achavam das mudanças. Apesar de diversas(os) respondentes terem confundido a Reforma do Ensino Médio com a mudança para um modelo remoto de aulas, foi possível perceber que pouco mais da metade (132 respondentes) expressaram sentimentos positivos com relação à mudança. Entre respostas mais simples (como “melhor”, “bom”, entre outras) e mais elaboradas, destaca-se a satisfação em poderem escolher disciplinas que lhes agradam.

Entretanto, conforme o estudo de Khalil Portugal Souza (2018) apresenta, pontualmente, os(as) estudantes não poderão escolher os itinerários e disciplinas a serem

Gráfico 3: Percepção dos participantes da pesquisa sobre as informações referentes os Itinerários Formativos no Novo Ensino Médio.



Fonte: Elaboração dos(as) pesquisadores(as). Dados de Pesquisa (2020).

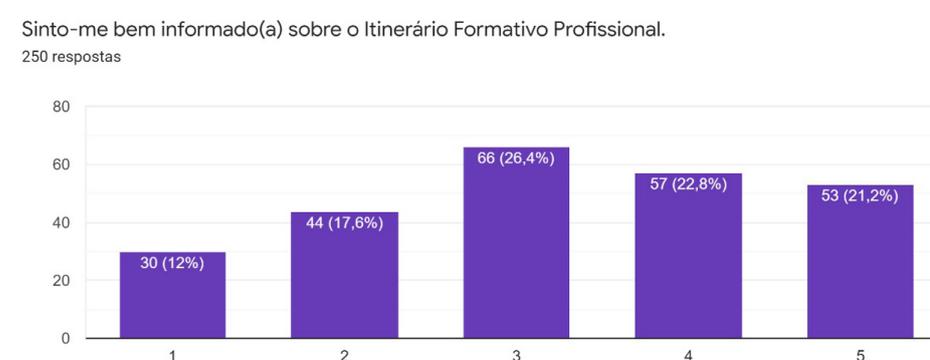
cursadas de forma totalmente livre, haja vista que, os itinerários formativos serão ofertados e definidos pelos sistemas de ensino, conforme segue:

Os itinerários formativos estabelecidos a critério do sistema de ensino, ou seja, os estudantes não possuem a liberdade de escolher por maior afinidade o itinerário formativo, mas o sistema de ensino que irá definir, conforme a sua disponibilidade, que itinerários cada unidade escolar irá ofertar, conforme a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 apresenta ao reformular o Art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Autor, 2018, p. 143).

Considera-se, também, que a compreensão dos estudantes de que eles podem escolher livremente as disciplinas que querem cursar, de acordo com as que mais os agrada, sem a informação de que essa escolha depende da oferta dos sistemas de ensino, tem relação com as propagandas midiáticas utilizadas no momento em que ocorreu a Medida Provisória para a construção do consenso e aceitação dessa política educativa pela população, pois

O uso das propagandas políticas com discursos estratégicos para conquistar o apoio da população para os programas, projetos e ideologias políticas, bem como para legitimar e reforçar as iniciativas do governo por meio do controle político do que é mediado, construindo imagens do real que distorcem a realidade concreta (SOUZA, 2018, p. 138).

Gráfico 4: Percepção dos participantes da pesquisa sobre as informações referentes o Itinerário Profissional no Novo Ensino Médio.



Fonte: Elaboração dos(as) pesquisadores(as) (2020).

Foram observadas também algumas respostas expressando sentimentos negativos (39 respondentes) com relação à mudança (como “preferia o modelo antigo” ou “este é mais confuso”), uma quantidade significativa (59 respondentes) de respostas neutras (como “não sei”, “não percebi diferença” ou “não posso opinar por não ter estudado no modelo antigo”) e poucas (7 respondentes) que claramente confundiam fundamentalmente o que a mudança significava (ao dizer “agora prepara melhor para o PAS” ou “não gostei de aulas online”).

A pergunta 17 gerou 50 respostas (21,1% do total) expressando dúvidas diversas, tanto referentes ao ensino remoto, quanto sobre método de avaliação, escolha de itinerários formativos, razões da reforma, entre outras.

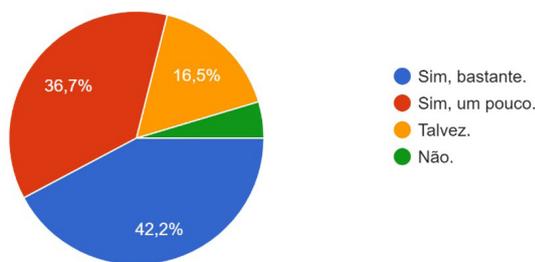
Por fim, destaca-se também que, nesse período de ensino remoto, quase metade (45,6%) das respostas expressavam que os(as) estudantes faziam uso compartilhado de *smartphones* e pouco mais da metade (54,8%) não apontaram possuir um espaço apropriado para estudo. Na pergunta 24, 42,2% (100 respondentes) expressam acreditar que sua formação está sendo bastante prejudicada, 36,7% (87 respondentes) que sua formação está sendo um pouco prejudicada, 16,5% (39 respondentes) que “talvez” essa formação estaria sendo prejudicada e apenas 4,6% (11 respondentes) não acreditam estar sendo prejudicados por essa nova configuração de aprendizagem, conforme o Gráfico 5 apresenta.

Cerca de metade dos(as) estudantes apontam sentirem-se bem-informados(as) sobre o Novo Ensino Médio e, uma parcela ainda maior acredita ter sido bem-informada pela escola sobre o novo modelo. Tal resultado indica relativo êxito por parte das escolas em preparar estudantes para o novo modelo educacional. Essa distribuição se mantém para perguntas mais específicas, com cerca de metade das/os estudantes demonstrando sentirem-se bem-informados/as sobre as divisões do Novo Ensino Médio, como a Formação Geral Básica, os

Gráfico 5: Percepção dos participantes da pesquisa sobre o possível prejuízo ou não na sua formação com o Novo Ensino Médio.

Você sente que sua formação esta sendo prejudicada?

237 respostas



Fonte: Elaboração dos(as) pesquisadores(as) (2020).

Itinerários Formativos e o Projeto de Vida. Este, é importante ressaltar, destacou-se como o que mais parece compreendido pelos/as estudantes, provavelmente por um trabalho muito bem realizado de esclarecimento por parte da escola.

O esperado em um modelo piloto é que, de modo geral, as(os) estudantes deveriam sentir-se bem-informadas(os) sobre essa nova proposta educacional no qual estão inseridos/as, para que, além da perspectiva pedagógica pudessem auxiliar na análise da efetividade desse projeto, a partir da resposta aos novos estímulos educacionais da maneira correta, compreendendo quais eram as premissas educacionais (em termos de objetivos de aprendizagem) e se foram alcançadas, a partir de autoavaliação e reflexão do processo como um todo.

Ao desconsiderar as respostas neutras ou claramente desconexas com o Novo Ensino Médio, nota-se que a maioria dos(as) estudantes expressou boas expectativas sobre o novo modelo educacional. É muito importante para o desenvolvimento de uma nova proposta como essa que estudantes estejam dispostos abertos à nova experiência, e tal cenário parece se consolidar nas escolas consultadas. Algumas dúvidas e críticas foram apresentadas, contudo a interpretação do conjunto de respostas indica a aceitação supera a rejeição.

A interpretação de respostas apresentadas em uma consulta virtual possui seus limites de validade. É necessário considerar a possibilidade de respondentes não estudantes das escolas-piloto, de respostas atingidas pelo modelo remoto (que não possui ligação com o Novo Ensino Médio) e de eventuais manifestações de sentimentos que mudaram após a resposta do questionário. Levando em consideração essas ressalvas, considera-se possível reafirmar o teor das análises realizadas nessa seção.

Considerações finais

Este artigo teve o objetivo de apresentar algumas discussões relativas à implementação do Novo Ensino Médio em escolas-piloto no Distrito Federal a qual ocorreu de forma quase concomitante a implementação de aulas na modalidade de ensino remoto emergencial, motivadas pela pandemia causada pelo vírus covid-19. Nesse sentido, buscou-se avaliar questões relacionadas à implementação dessa nova modalidade curricular sem se desconsiderar a implicações materiais motivadas pelo contexto de ensino remoto. Os resultados da pesquisa apontaram que, apesar de se sentirem bem informados sobre o Novo Ensino Médio, os discentes têm enfrentado dificuldades no que se refere às condições materiais de estudo em casa (uso compartilhado de *smartphones* e falta de espaço apropriado para estudo, entre outras), causadas pela situação de ensino remoto.

Com relação aos pontos teóricos e curriculares salientados no início do artigo, muitas das dificuldades apontadas têm sido levadas em consideração pela SE-EDF durante a implementação do Novo Ensino Médio. Há ações concretas sendo desenvolvidas no DF, tais como: mapeamento da ausência de recursos tecnológicos nas escolas, promoção de cursos de formação adequada para os professores em relação ao Novo Ensino Médio e à BNCC, realização de parcerias para formação continuada de professores no que se refere às trilhas e disciplinas eletivas. No entanto, não se pode ignorar que juntamente à implementação do Novo Ensino Médio, há uma pandemia mundial, com consequências sociais, econômicas e psicológicas gravíssimas, sentidas e vividas por toda população. Os efeitos da pandemia afetam inevitavelmente professores e estudantes da educação básica. Como atestado pela pesquisa, os estudantes não têm boas condições para seus estudos em seus lares, não têm acesso suficiente à internet e se sentem prejudicados pelo ensino remoto. Nesse sentido, indica-se a necessidade de atenção a questões

relacionadas à evasão e ao abandono escolar, realização de ações para proporcionar acesso dos estudantes à internet e ampliação dos prazos para a implementação dessa reforma educacional.

No que se refere às questões mais amplas ligadas à implementação do Novo Ensino Médio, ainda é muito cedo para se fazer avaliação dessa política quanto à adequação dos currículos, processo de aprendizagem, taxas de evasão e índices educacionais obtidos pelos estudantes do Ensino médio em avaliações nacionais. Todos esses aspectos são de extrema importância e devem ser temas para investigação em estudos futuros.

Por fim, tendo em vista a complexidade da discussão sobre currículo, em nível amplo, o Observatório do Ensino Médio pretende buscar entender nos próximos anos: a) Como as escolas do DF têm executado a implementação da Reforma do Ensino Médio? b) Como ocorre a recontextualização do currículo pós-reforma do Ensino Médio no âmbito do DF? c) Qual a percepção dos agentes escolares sobre a Reforma? d) Quais têm sido os principais desafios ou avanços da Reforma do DF? ■

Referências

- ARRUDA, Eucídio Pimenta. **Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19**. Em Rede – Revista de Educação a Distância, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>. Acesso em: 07 abr. 2021.
- BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, código e controle**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Guia de Implementação do Novo Ensino Médio**, 2018a. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/#/guia>. Acesso em: 8 mar. 2021.
- BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Novo Ensino Médio, 2018b. Página inicial. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/>. Acesso em: 8 mar. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996 dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 03 abr. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03 abr. 2021.
- BRASIL. **Medida Provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de setembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm. Acesso em: 03 abr. 2021.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018c. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 03 abr. 2021.
- CIGALES, Marcelo Pinheiro; SOUZA, Rodrigo Diego de. **O Estágio Curricular Supervisionado em tempos de pandemia: um debate em construção**. Latitude, Maceió, v.15, edição especial, p.286-310, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/11400>. Acesso em: 03 abr. 2021.
- DEBORDEAUX, Danièle. **L'observation sociale au service de l'action**. Revue des politiques sociales et familiales, v. 46, n. 1, p. 73-84, 1996. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/caf_1149-1590_1996_num_46_1_1763. Acesso em: 03 abr. 2021.
- FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. **Reforma do Ensino Médio no contexto da medida provisória nº746/2016**: Estado, currículo e disputas por hegemonia. Educ. Soc., v. 38, n. 139, p. 385-404, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00385.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2021.

- FORQUIN, Jean-Claude. **As abordagens Sociológicas do Currículo: orientações teóricas e perspectivas de pesquisa**. Revista Educação & Realidade, v. 21, n. 1, p. 187-198, 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoe-realidade/article/view/71652/40642>. Acesso em: 03 abr. 2021.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio?** Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). Educ. Soc., v. 38, n. 139, p. 355-372, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00355.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2021.
- MOZENA, Erika Regina; OSTERMANN, Fernanda. **Sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Ensino de Física**. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 33, n. 2, p. 327-332, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/2175-7941.2016v33n2p327/32314>. Acesso em: 03 abr. 2021.
- SILVA, Monica Ribeiro da. **A BNCC da Reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso**. Educação em revista, v. 34, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e214130.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2021.
- SOUZA, Rodrigo Diego. **Reforma ou “deforma” do ensino médio?** As políticas públicas educacionais e o discurso subjacente às propagandas do ministério da educação do brasil. Cadernos CIMEAC. V. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/2232/3648> Acesso em: 03 abr. 2021.
- VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa. **A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado**. Avaliação: Revista da Educação Superior, v. 18, n. 2, p. 459-485, jul. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v18n2/11.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2021.
- YOUNG, Michael (Coord.). **Knowledge and control: new directions for the sociology of education**. London: Collier Macmillan, 1971.
- YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0228101.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2021.

Apêndice

Questões da pesquisa com os(as) estudantes do Ensino Médio do Distrito Federal.

Fonte: Elaboração dos(as) pesquisadores(as) (2020).

Parte 1: Referente ao perfil social

1. Em que escola você estuda?
2. Onde você mora? (Lista com todas as regiões administrativas do DF)
4. Qual sua idade?
5. Como você se identifica em termos de etnia (também conhecido como raça ou cor)?
6. Com qual gênero você se identifica?
7. Contando com você, quantas pessoas moram na sua casa?
8. Quais dessas atividades você está realizando neste momento do isolamento social? (Lista com variáveis referentes ao trabalho doméstico)

Parte 2: Referente ao Novo Ensino Médio

Marque as questões abaixo, de acordo com seu grau de concordância (1 – discordo totalmente até 5 – concordo totalmente).

9. Sinto-me bem-informado(a) sobre o Novo Ensino Médio. (Escala Likert de cinco pontos)
10. Acredito que fui bem-informado(a) na minha escola (por meio de reuniões, palestras ou avisos) sobre a mudança que será implementada no Ensino Médio. (Escala Likert de cinco pontos)
11. Sinto-me bem-informado(a) sobre o que é a Formação Geral Básica e o que muda com relação ao currículo tradicional. (Escala Likert de cinco pontos)

12. Qual área de conhecimento gostaria mais de se especializar? (Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Não sei ainda).

13. Sinto-me bem-informado(a) sobre o que são os Itinerários Formativos. (Escala Likert de cinco pontos)

14. Sinto-me bem-informado(a) sobre o Itinerário Formativo Profissional. (Escala Likert de cinco pontos)

15. Tenho interesse em fazer o Itinerário Formativo Profissional. (Escala Likert de cinco pontos)

16. Sinto-me bem-informado(a) sobre o Projeto de Vida. (Escala Likert de cinco pontos)

17. Como você enxerga o Ensino Médio antes e depois da reforma? (pergunta de resposta aberta)

18. Se tiver, quais são suas dúvidas sobre esse novo formato do Ensino Médio? (pergunta de resposta aberta)

Parte 3: Referente ao ensino remoto

19. Como você classifica o seu acesso à internet (1 para muito ruim, 5 para ótimo)? (1 2 3 4 5)

20. Qual desses dispositivos você possui? (Computador de mesa; Notebook. Celular/Smartphone. Tablet. Outro)

21. Quais equipamentos são de uso compartilhado na sua casa. (Computador de mesa; Notebook. Celular/Smartphone. Tablet. Outro)

22. Onde você costuma estudar na maior parte das vezes? (Quarto, quarto compartilhado, sala, cozinha, onde tem espaço, tem lugar próprio de estudo em casa, outro)

23. Quais destes materiais estão sendo usados nas suas aulas não presenciais? (Livros, apostilas, aulas gravadas, plataformas de sala online, redes sociais, aplicativos, outros)

24. Como está sendo a sua experiência com o ensino não presencial, de maneira geral? (pergunta de resposta aberta)

25. Você sente que sua formação está sendo prejudicada? (Sim; Sim, um pouco; Talvez, Não)

26. Você tem algum amigo(a) da sua turma que não tem acesso à internet e não está tendo acesso aos materiais de ensino durante este período? (Não; Sim, alguns; Sim, muitos).

27. Se tiver, qual é a sua maior dificuldade para estudar em casa? (pergunta de resposta aberta)

Parte 4: Informações gerais

28. Deixe suas opiniões, comentários, sugestões ou dúvidas a respeito do Novo Ensino Médio ou sobre o Ensino não presencial. (Pergunta de resposta aberta)

29. Por fim, se puder/quiser se identificar, escreva o seu nome abaixo. (Pergunta de resposta aberta)